

Montepio: MP pede redução de coimas no caso ligado à antiga PT. Em novembro há sentença

O Ministério Público pediu a redução e suspensão da coima aplicada pelo Banco de Portugal ao Banco Montepio por incumprimentos relativos a investimentos relativos à antiga PT. Fê-lo durante as alegações finais do julgamento dos recursos interpostos no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS), em Santarém, pelo banco Montepio e três ex-gestores, entre os quais o ex-presidente Tomás Correia e os ex-gestores Jorge Barros Luís e João Neves. Pediu também a suspensão de coimas parciais e no caso do ex-administrador João Neves apenas uma admoestação. Ao banco condenado por sete contraordenações a título doloso e que desistiu do recurso de uma delas pagando €100 mil dos €475

mil de coima, o procurador pediu a redução para €350 mil e uma suspensão parcial do pagamento de €250 mil. Já o Banco de Portugal alegou terem ficado provados os factos, deixando ao tribunal a ponderação das coimas a aplicar. Em causa neste processo estão investimentos ligados à antiga PT no montante de €75 milhões em março de 2014 que o BdP considerou não estarem devidamente contabilizados, em particular pelo risco da operação. Tomás Correia foi alvo de uma coima de €70 mil quando era ainda presidente do banco, os ex-administradores Jorge Barros Luís e João Neves foram condenados a coimas de €50 mil e €25 mil, respetivamente. A juíza Mariana Machado marcou a leitura da sentença para 10 de novembro.